

MARIA CRISTINA DE MELO

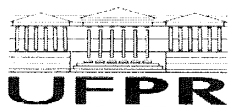
FAMÍLIA E QUESTÃO SOCIAL: UMA ABORDAGEM SOCIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Especialização
em Serviço Social: A Questão Social na
Perspectiva Interdisciplinar, Setor Litoral,
Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof^a. Mirian Cristina Lopes

MATINHOS

2012




Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar




PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

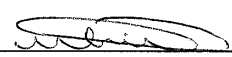
Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Especialista **MIRIAN CRISTINA LOPES**, realizaram em 24/11/2012 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **MARIA CRISTINA DE MELO**, sob o título "*Família e Questão Social: Uma abordagem social*", para obtenção do Título de *Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar* pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 24 de novembro de 2012.


Profª Esp. Mirian Cristina Lopes


Profª. Dra. Jussara Rezende Araújo


Izabel Cristina Cunha


MARIA CRISTINA DE MELO
Estudante

Conceitos:

APL = Aprovado

APB = Aprovado com ressalvas

OBSERVAÇÃO:

Caso o(a) estudante ou a orientador(a) reformule seu trabalho, deve-se registrar no verso os requisitos aprovados pela Banca para aceite final do trabalho.



RESUMO: Neste artigo apresento a discussão sobre a família observável na sociedade atual e o conceito de família tradicional. A fim de ampliar o debate, apresento vários arranjos familiares, bem como os preconceitos que perpassam nestes diferentes modelos, contextualizando a importância da atuação do Serviço Social frente às políticas voltadas para famílias.

PALAVRAS – CHAVE: Família, Questão Social, Serviço Social.

RESUMEN: En este artículo se presenta una discusión sobre la familia observable en la sociedad actual y el concepto de la familia tradicional con el fin de ampliar el debate. Arreglos jefe de la familia diferentes, así como los prejuicios que subyacen a estos modelos, contextualizando la importancia de actuar delante de las políticas sociales dirigidas a las familias.

Palabras - clave: Familia, Questão Social e Serviços Sociale.

¹ Graduada em Serviço Social pela Faculdades Integradas do Brasil Unibrasil, 2009. Estuante da Especialização em Questão Social Pela Perspectiva Interdisciplinar pela UFPR- Setor Litoral.

INTRODUÇÃO

A propósito do presente trabalho é fomentar o debate sobre a atuação do Serviço Social, com foco no que se refere à família. Visando compreender a temática em relação ao meu histórico de vida, entendendo que a família é nosso primeiro ponto de referência social, pois essa relação é o que apresenta significado para a visão de mundo que construí até esse momento da minha caminhada.

No campo dos estudos acerca da família, eu me debruço a analisar o tema a partir de Karl Marx, enquanto método de análise social, por entender que os fatos sociais não podem ser compreendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências sócio-políticas, sócio-econômicas e sócio-culturais. Contudo, me propus a dialogar também com outros autores no intuito de ampliar no campo das reflexões.

Nesse sentido procurei repensar, analisar para conhecer melhor as configurações sobre a família. Procuro analisar quais são as ressignificações, rupturas e permanências desse conceito, em comparação com contextos convencionais, trazendo problemáticas sobre a família, observadas ao longo da minha caminhada.

Observando algumas mudanças do conceito de família ao longo da história da sociedade, as tensões, permanências, as rupturas atrelando sempre a minha trajetória pessoal. Coloco em questão a necessidade de ampliarmos nossa visão de família para novos horizontes e diálogos em relação aos papéis instituídos por essa categoria de análise, a fim de construir no meu cotidiano de atuação novos caminhos frente à tamanha diversidade presente no campo da família.

Para alcançar tais objetivos distribuí o artigo em duas partes, iniciando pelos levantamentos de alguns conceitos construídos em diversos períodos da história da sociedade, pontuando as características que os particularizaram e pontuando suas influências. Na sequência pontuo o conceito de família que apreendi no período da graduação, assim como, as perspectivas previstas para atuação do profissional de Serviço Social em relação à visão de mundo construída por essa categoria profissional ao longo da história da profissão.

1. FAMÍLIA

1.1 Breve contextualização dos conceitos de famílias

Entendo que é na família que iniciamos nossas primeiras experiências de como nos relacionar com pessoas, nela vivenciamos um emaranhado de emoções, é na família que encontramos (ou não) apoio para nos inserir na sociedade e de construirmos nossa identidade, tanto individual como coletiva.

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento, é algo que está constantemente em processo. (HALL, 2006, p.38).

Durante este processo de formação de identidade vamos construindo nossos conceitos sobre as coisas e sobre pessoas. Neste sentido, ao falar sobre família, acabamos nos focando no modelo que nos foi apresentado ao longo da vida, ou ainda no modelo ideal que imaginamos, todavia conduzidos por padrões socialmente construídos, ou seja, impostos ideologicamente.

Nesse sentido, apresento a ideologia segundo as concepções de Marilena Chauí por entender que;

na ideologia burguesa, a família não é entendida como uma relação social que assume formas, funções e sentidos diferentes tanto em decorrência das condições históricas quanto em decorrência da situação de cada classe social na sociedade. Pelo contrario, a família como sendo sempre a mesma (no tempo e para todas as classes) e, portanto, como uma realidade natural (biológica), sagrada (desejada e abençoada por Deus) [...] estamos, pois, diante a ideia de família e não diante da realidade histórico-social da família. (CHAUI, 1988, p.88).

Este padrão tradicional de organização familiar tido como ideal (pai, mãe e filhos) que está inserido culturalmente na sociedade faz com que acreditemos que esse modelo é o ideal para que nossas relações sociais funcionem de maneira harmônica.

Estes padrões sempre permearam nossa sociedade. E, alguns deles foram instituídos por imposição constitucional como, por exemplo, os modelos de família atrelados às relações de casamento que podem ser observados na constituição de 1969 onde a família era constituída legalmente com base no casamento que não poderia se desfazer de maneira alguma. (BRASIL, artigo 175, 1969).

Neste contexto também está inserido a influencia religiosa que historicamente interfere, impõe e determina padrões familiares, o que acredito acarretar uma série de problemas para sociedade. É sabido que a religião exerce um fator preponderante no sentido de legitimar alguns padrões e vigiar para que seja seguido.

Por todas estas razões, a religião está predisposta a assumir uma função ideológica, função prática e política de absolutização do relativo e de legitimização do arbitrário, que só poderá cumprir na medida em que possa suprir uma função lógica e gnosiológica consistente em reforçar a força material ou simbólica possível de ser mobilizada por um grupo ou classe, assegurando a legitimização de tudo que define socialmente este grupo ou esta classe. (BOURDIEU, 2007, p.46).

Neste sentido, a religião contribui para que sigamos um modelo familiar e procura fazer com que este modelo não seja questionado. Podemos ver este modelo reproduzido, nos mais diversos espaços de socialização e que, por conseguinte contribuem para que qualquer outra forma de composição familiar seja vista como anormal, ou desestruturada.² Nos comerciais de televisão é notório o fomento a esse modelo ideal de família, representada por sujeitos que materializam uma determinada composição familiar, como por exemplo, a família branca composta de casal (homem/mulher) com um casal de filhos, todos (as) felizes e aparentemente sem qualquer problema social. Um padrão onde a mulher esta ao lado de seu esposo protetor, na figura da cuidadora e sob tal prisma a mulher configura-se como a figura doce e recatada.

É importante considerar que nesses modelos tradicionais também cabe a mulher o papel de manter a organização da casa, ou melhor, dizendo, dos afazeres domésticos e da boa educação dos filhos. O homem detém o poder central, tornando-se superior aos outros integrantes da família. O que conforme Siqueira:

(...) modelo que tem forte influência nas relações familiares cotidianas. Refiro-me ao padrão pai, mãe e filhos, em uma relação hierarquizada, em que há o provedor e o cuidador, aquele que manda e outro que obedece, o padrão de famílias felizes. É um modelo cristalizado pelas famílias que muitas vezes, tidos como o certo que segue por trás do que é vivido por elas. Na formação desse modelo a influência, há influencias das tradições, instituições, meios de comunicação e até mesmo dos grupos sociais das famílias. (SIQUEIRA, 2009 p. 6).

² Ideia preconceituosa de família, que coloca todos os modelos de família que não são formadas por pai, mãe e filhos como errados ou desajustados.

Contudo, se analisarmos nosso cotidiano estamos norteados por diferentes modelos de famílias, existem aquelas que são compostas por mãe e filhos, pai e filhos, tios (as) e sobrinhos (as), Avós e netos (as). Assim com as famílias que são formadas a partir de laços de convivência, afetividade e não de sangue.

Na atualidade, a família deixa de ser aquela constituída unicamente por casamento formal. Hoje, diversifica-se e abrange as unidades familiares formadas seja pelo casamento civil ou religioso, seja pela união estável; seja grupos formados por qualquer um dos pais ou ascendentes e seus filhos, netos ou sobrinhos, seja por mãe solteira, seja pela união de homossexuais. Acaba assim, qualquer discriminação relacionada à estrutura das famílias e se estabelece a igualdade entre filhos legítimos, naturais ou adotivos. (ACOSTA; VITALE, 2008, p.64).

Com relação à divisão do trabalho, por exemplo, não se pode mais pensar numa divisão sexual das atividades, distinguindo trabalhos que só podem ser realizados por homens e outros somente por mulheres. Se pensarmos na situação da economia na década de 90, onde houve um desemprego em massa, podemos compreender que muitas famílias com os moldes nucleares (pai, mãe e filhos) tiveram uma reconfiguração na provisão do lar.

Os efeitos da reestruturação produtiva e do novo padrão de incorporação da força de trabalho, no decorrer da década de 90, manifestam-se no interior das famílias, em rearranjos de inserção de seus componentes no mercado, que nem sempre possibilitam manter os rendimentos familiares em seus níveis anteriores. (MONTALI, 2006, p.2).

Cabe citar aqui a família monoparental, que a Constituição de 88 descreve em seu artigo 226, parágrafo quarto “a comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”. Nesta configuração, o provedor desta família é aquele que assume a liderança neste determinado contexto. (BRASIL, 1988).

Sendo assim surge à família que é possível ter e não a que se pensa em ter, para melhor entender, comungo com as seguintes afirmações:

Família pensada seria o que muitos consideraram como a certa, boa e desejável, a qual exige uma organização que muitas vezes é impossível dentro das circunstâncias vividas. A família vivida refere-se aos modos de agir concreto do cotidiano e que poderá ou não estar de acordo com a família pensada. (SZYMANSKI, 2008 P. 1).

Contudo, para que possamos compreender e aceitar os modelos da família vivida é preciso que tiremos a “venda olhos” e quebreemos o paradigma do modelo

da família pensada, ou seja, que tenhamos condições de fazer uma análise conjuntural da realidade, para entendermos que a família precisa ser respeitada em todos os seus direitos.

2.FAMÍLIA E QUESTÃO SOCIAL

2.1 A questão Social envolvendo a família

Entendo que é no âmbito da família que as expressões da questão social se dão de modo mais evidente e, para que seja possível ampliar a discussão acerca do assunto, se faz necessário antes uma breve apresentação sobre o conceito de Questão Social.

Podemos entender a questão social como um fenômeno que se dá entre a contradição do capital com o trabalho, onde aqueles que contribuem para o crescimento e riqueza de um país, através da sua força de trabalho não têm a participação no momento de usufruir dos frutos deste crescimento. Sobretudo na distribuição de renda que se concentra nas mãos de poucos.

Como consequência disto se desencadeia vários fenômenos que podemos chamar de expressões da questão social, como bem coloca Pastorin:

As principais manifestações da questão social – a pauperização, a exclusão, as desigualdades sociais – são decorrência das contradições inerentes ao sistema capitalista, cujos traços particulares vão depender das características históricas da formação econômica e política de cada país e / ou região. Diferentes estágios capitalistas produzem distintas expressões da questão social. (PASTORIN, 2004, p.97).

Sendo assim, as expressões da questão social de hoje são as de ontem e de sempre, porém inseridas em conjunturas diferentes. No entanto estão diretamente relacionadas ao trabalho. Não o trabalho como habilidade humana, com toda sua capacidade teleológica onde se coloca finalidade no que está fazendo, No entanto me refiro ao trabalho que aliena que causa um estranhamento ao homem, onde ocorre um consumo da força de trabalho que se torna mercadoria. (LUKACS, 1979, p. 32).

Portanto, todas as expressões econômicas e sociais desencadeadas pela Questão Social causam um impacto significativo na família. Neste sentido podemos

afirmar que conforme tais relações mudam a família também passa por uma transformação.

(...) as transformações ocorridas na sociedade contemporânea, relacionadas à ordem econômica, à organização do trabalho, à revolução na área da reprodução humana, à mudança de valores e a liberalização dos hábitos e dos costumes, bem como ao fortalecimento da lógica individualista em termos societários, redundaram em mudanças radicais na organização das famílias. (BRASIL, 2004, p. 36).

Além de todos os conflitos inerentes as especificidades de cada família e da forma que cada uma está organizada, há de se levar em conta às mudanças ocorridas no âmbito econômico e sócio-cultural. Atualmente as políticas públicas já consideram tais questões, seja no planejamento e/ou na base do atendimento, com vistas na perspectiva da garantia dos direitos através de um modelo emancipatório que responda as necessidades sociais, principalmente no âmbito da família.

Nessa perspectiva a proteção social da família deve estar apoiada em uma política que configure um conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios, a fim de garantir a família acesso as condições de fortalecimento ao seu desenvolvimento social e humano e aos seus direitos de cidadania.

Sendo assim, se entendermos que a questão social independente do seu desencadeamento, seja social, econômico, político e cultural interfere de forma veemente na família. É evidente que o assistente social ao atuar no enfrentamento da Questão Social sempre estará atuando com famílias e para tal precisa ter a real compreensão dos diversos arranjos familiares e das demais diversidades postas nessa realidade.

Assim, a Assistência Social prevê em seus princípios e diretrizes à atenção as famílias, “a partir do seu território de vivência, com prioridade para aquelas com registros de fragilidades, vulnerabilidades e presença de vitimizações entre seus membros”. (LEGISLAÇÃO SOCIAL, 2007, p.481).

Entretanto, com todo respaldo garantido pelas políticas públicas, acredito, que um dos grandes desafios é imprimir nas famílias o sentimento de pertencimento, pois, o que pude observar é que muitas famílias ao se encontrarem diferentes dos padrões impostos já referenciados neste artigo, se sentem inseguras para buscar condições de enfrentamentos das situações em que estão inseridas.

Tal fato me traz a memória um dos momentos que vivenciei durante o trabalho realizado com famílias, onde uma participante me relatou que sentia vergonha de ser mãe solteira e que muitas vezes, deixava de buscar atendimentos por insegurança, receio de ser discriminada, por não ser casada, e, sendo assim, ser encarada como uma “mulher fácil, indigna”.

Trago este exemplo para ilustrar o quanto estes padrões determinantes influenciam as relações, causando nos sujeitos um sentimento de recusa da própria vida, do próprio ser. O que pode ser bem contextualizado na experiência que tive em período de estágio, situação onde uma senhora vivenciava em seu cotidiano a dificuldade de encaminhar sua vida diante da situação de dependência química e desemprego do esposo.

Nessa experiência, são várias as expressões da questão social, como por exemplo, questões de sexualidade e gênero, trabalho e renda, dependência química e outras complexidades. Lembro-me de seus relatos e principalmente das dificuldades com que ela se deparava, diante da situação de seu esposo, que aos 50 anos ficou desempregado, o que a colocou frente à inversão de papel desempenhado por ela até então, pois passa a ser a única mantenedora da família.

Diante da situação, sentimentos de frustração estavam sempre presentes, pois a situação de desemprego do companheiro desencadeava na manutenção da dependência, ou seja, um “ciclo vicioso”, pois a perda do emprego pelo uso do álcool o fazia beber ainda mais devido às dificuldades enfrentadas no cotidiano, como por exemplo, a discriminação social por não estar trabalhando, o novo papel assumido pela companheira, entre outras, situações de mudança que configuravam novos desafios a essa família.

Para atuar no enfrentamento da Questão Social é preciso decifrar as desigualdades sociais em seus vários recortes, como por exemplo, de gênero, raça, etnia, religião, nacionalidade, meio ambiente e demais recortes socioculturais. Tendo como desafio cotidiano decifrar as possibilidades de resistência e empoderamento dos sujeitos. (Iamamoto, 2004, p.114).

Poderia aqui apresentar muitos exemplos que caracterizariam situações de exclusão e vulnerabilidade vivenciadas pelas famílias em relação ao preconceito histórico-cultural estabelecido em nossa sociedade, mas me faltariam páginas para contextualizar tais experiências. Encaminho-me então, para apresentar as

perspectivas da atuação no Serviço Social, diante dessas e de outras realidades familiares.

2.2 As perspectivas do assistente social em relação à atuação profissional junto às famílias no início da profissão e na contemporaneidade

Se observarmos os primeiros códigos de ética da profissão, entenderemos que no início o Serviço Social tinha um cunho punitivo e coercitivo. Os códigos de 47 e 65 foram subsidiados pelas correntes neotomista e positivista. Baseava-se na moral e no comportamento cristão. (Códigos de Ética do Assistente Social: 1947; 1965).

Nesse contexto, as expressões da questão social eram tidas como falta de moral sob uma ótica religiosa, bem como desajustes apostados pela corrente positivista. Para esta corrente os problemas sociais eram patologias que prejudicavam o bom “andamento” da sociedade, era preciso reeducá-la para que funcionasse bem.

Sob esta ótica, o assistente social tinha um papel normativo e punitivo, cabia aos profissionais fomentar para que a sociedade seguisse de maneira “harmônica”. Outro fator relevante a ser observado, é o perfil dos profissionais que deveria ser um exemplo de bondade, caridade, com um caráter irredutível.

O Serviço Social surgiu como uma profissão estratégica, entendida como uma vocação feminina que fazia analogia ao papel da mãe, que era o de educar. Trabalhava com o discurso da perfectibilidade, sob o prisma de uma moral conservadora que foi uma grande estratégia, pois de acordo com Barroco:

Na sociedade de classes, a moral cumpre uma função ideológica precisa: contribuem para uma integração social viabilizadora de necessidades privadas, alheias e estranhas as capacidades emancipadoras do homem (BARROCO, 2003, p.45).

Neste sentido, o Serviço Social contribuía para promover a alienação. Para Karl Marx (1847) a alienação é o processo pelo quais os atos de uma pessoa são governados por outros e se transformam numa força estranha colocada em posição superior e contrária a quem produziu. Neste sentido, o assistente social

não deveria permitir que os sujeitos indagassem e, por conseguinte, tornando cristalizada a situação social impedindo uma mudança na realidade.

A ética tradicional, pois presente tanto no Código de 1947 quanto o Código de 1965, era apenas de caráter controlador e normativo, consistindo o Código de Ética num instrumento essencialmente corporativo, que empreende, por meios legais. A adequação da prática profissional ao estabelecido, de forma conectada ao coroamento filosófico da defesa do *status quo*. (BRITES; SALES, 2002/2005, p. 29).

Nos anos de 1970, com as mudanças advindas da economia, o Serviço Social insere-se na divisão sócio técnica do trabalho, e, o perfil de assistente social como vocação começa a tomar dimensões diferentes. Há uma possibilidade de ruptura com o tradicionalismo e insere-se uma renovação profissional, pois em 1988 com a Constituição a Assistência passa a fazer parte de uma política pública, localizada no tripé da Seguridade Social ao lado da Saúde e da Educação.

Sendo assim, na contemporaneidade o Serviço Social é uma profissão que atua no âmbito da política pública de assistência social e esta tem em seu contexto a proteção social da família enquanto centralidade:

Isso significa que a situação atual para construção da política pública de assistência social precisa levar em conta três vertentes de proteção social: as pessoas, as circunstâncias e dentre elas seu núcleo de apoio primeiro, isto é, a família. A proteção social exige a capacidade de maior aproximação possível do cotidiano das pessoas, pois é nele que riscos, vulnerabilidades se constituem. (NOB SUAS, 2005).

Face ao exposto compreendo a importância da ação do Serviço social no trabalho com as famílias, sobretudo nas contradições esplanadas nesse artigo, no tocante aos novos arranjos familiares, aos preconceitos e a violação dos direitos.

Na atualidade, o profissional de serviço Social, também se pauta no seu Código de Ética Profissional e atua na área familiar respeitando seus direitos, sua cultura, enfim todo contexto em que esta família esta inserida. Que conforme já salientamos, são frequentemente recebidos com preconceito pela sociedade, e desconsiderados em relação à situação de vulnerabilidade social que se encontram.

Cabe ao profissional de Serviço Social contribuir com o fortalecimento, para o sentimento de pertencimento dessas pessoas, pois um dos princípios fundamentais do Código de ética de 1996 é o “empenho na eliminação de todas as

formas de preconceitos, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças”. (Código de Ética do Assistente Social, 1996).

As mais diversas expressões da questão social que atingem implacavelmente nossa sociedade afetam diretamente a família. Sendo assim ao trabalhar com famílias devemos buscar mecanismos de enfrentamento.

Inúmeros são os desafios que permeiam a vida da família contemporânea. Podemos pensar em temáticas como violência intra e extra familiar, desemprego, pobreza, drogas e tantas outras situações que atingem dolorosamente a família e desafiam sua capacidade para resistir e encontrar saídas. Por outro lado, as mudanças sociais construídas, em especial, ao longo da segunda metade do último século, tem redefinido programamente os laços familiares. O impacto desses desafios e dessas mudanças sobre o cotidiano das relações familiares acaba sendo absorvido pelo profissional que trabalha com famílias, na medida em que também os vive, resultando dessa proximidade o desenrolar de um processo peculiar, e, por vezes perturbador. (VITALE, 1999, p.45).

Se no início da profissão o papel do Serviço Social era o de “moralizar” as famílias, hoje é o de estabelecer uma correlação com as mesmas, de conhecimento, viabilização de direitos, em suma, trabalhar em prol e com as famílias. Nessa perspectiva destacamos alguns pressupostos da Proteção Social:

A defesa do direito à convivência familiar, na proteção de Assistência Social, supera o conceito de família como unidade econômica, mera referência de cálculo de rendimento per capita e a entende como núcleo afetivo, vinculado por laços consanguíneos, de aliança ou afinidade, que circunscrevem obrigações recíprocas e mútuas, organizadas em torno de relações de geração e de gênero; A família é o núcleo social básico de acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e protagonismo social; A família deve ser apoiada e ter acesso a condições para responder ao seu papel de sustento, na guarda e na educação de suas crianças e adolescentes, bem como na proteção de seus idosos e portadores de deficiência. (NOB-SUAS, 2005).

Refletindo toda esta questão, é inegável que o Serviço Social tem um compromisso ético, político e cultural com as famílias. Nessa perspectiva, todos os valores, conceitos e idéias de famílias entendidos pelo profissional de serviço Social não devem influenciar no atendimento destes com aquelas. Portanto, concordamos com os autores (Calderón e Guimarães) no sentido de que:

Os agentes sociais, ao trabalhar com famílias, devem deixar de lado qualquer visão moralista e preconceituosa. Independentemente das convicções religiosas e morais desses agentes, as famílias e suas problemáticas estão aí para serem atendidas, fortalecidas e receber os benefícios dos programas sociais para elas destinados. (CALDERÓN; GUIMARÃES, p.3,1993).

O profissional ao atuar com famílias deve buscar entender as diversas tramas que se estabelecem nesta categoria, e não cair na armadilha de concluir que uma família que se encontra fragilizada, em vulnerabilidade social é uma família que é incapaz de estabelecer relações na sociedade. Conforme encontramos no livro “Política Social Família e Juventude”

(...) também dissemos que a construção histórica dessa relação foi permeada pela ideologia de que as famílias, independentemente de suas condições objetivas de vida e das próprias vicissitudes da convivência familiar, devem ser capazes de proteger e cuidar de seus membros. Essa crença pode ser considerada, justamente, um dos pilares da construção dos processos de assistência às famílias. Ela permitiu se estabelecer uma distinção básica para os processos de assistência às famílias. A distinção entre famílias capazes e famílias incapazes. (SALES, 2006, p. 51).

Contudo, é evidente que não existe esta divisão, nenhuma família é totalmente capaz de dar conta de todas as demandas sociais, bem como nenhuma família é totalmente dependente para estabelecer suas relações sociais. O que ocorre são famílias que muitas vezes não tem noção de seus direitos, bem como não sabem como pleiteá-los e/ou estão amarradas as imposições sócio-culturais.

Nessa ótica, o Serviço Social tem um papel preponderante, pois é uma profissão interventiva que utiliza prática pedagógica, de orientação, educação e esclarecimento. Assim, é necessário que o profissional de Serviço Social tenha claro qual é sua visão de sujeito e de mundo, e para quem está trabalhando, pois o conhecimento pode ser utilizado tanto pra favorecer a classe dominada quanto à dominante, como coloca Gramsci ao dimensionar que “quando a nossa concepção de mundo não é crítica e coerente, mas ocasional, e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens massa”. (GRAMSCI, 1977, p.1376).

Entretanto, se o assistente social, tiver um compromisso ético-político com a profissão e com as famílias com quem está desenvolvendo seu exercício

profissional, não terá dúvida do seu papel na sociedade, bem como para quem deve desempenhá-lo. Desse modo, o profissional tentar romper com o determinismo que está posto, e realmente atuará de maneira ética e sem pré-conceitos.

Sendo assim, encontrará maneiras de instrumentalizar os sujeitos de maneira a se tornem mais críticos e mais atuantes no que se refere a exigência de seus direitos. É importante que o profissional compreenda o papel de orientar as famílias para que construam processos emancipadores.

Ao atuar com as famílias, cabe ao assistente social suscitar nelas o interesse em saber quais são e como lutar por seus direitos. O primeiro dos onze princípios fundamentais do código de ética do profissional de Serviço Social é o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” e o terceiro trata da “ampliação e consolidação da cidadania”. (código de ética).

Contribuir para o processo de fortalecimento, a cidadania não pode ficar apenas num discurso eloquente. Porém, não devemos romantizar a profissão e nos iludir que poderemos fazer tudo isto de maneira heroica, sozinhos, pois ainda que o Estado tenha avançado em relação às políticas públicas voltadas as famílias, no que se refere a garantia da qualidade e da universalidade ainda a muito a ser questionado, ou seja, os usuários precisam ter o real acesso á tais políticas.

Para que esta situação tenha uma mudança é necessário que o profissional de Serviço Social tenha um compromisso de contribuir para que as famílias se reconheçam como sujeitos de direitos. É preciso muitas vezes, desvelar as relações de poder que estes sujeitos estão inseridos. Prestar informações corretas e compreensíveis, encaminhamentos direcionados, através de alianças e parcerias com outros profissionais.

Contudo, é evidente que para tanto, o assistente social precisa ter ferramentas, ou seja, instituições com recursos adequados para atender as demandas, e, para isso, o Estado tem que se fazer presente, provendo políticas públicas, viabilizando recursos e meios para que o profissional possa prestar um atendimento de qualidade. Em suma, os canais de participação devem ser mais amplos para que seja realmente possível concretizar uma boa atuação, temos que fomentar as “saídas coletivas”.

Para Netto:³

A possibilidade de transformação dessa realidade adversa continua a ser tarefa dos homens quando organizados politicamente em torno de projetos de ruptura; nosso empenho, nessa direção, também se fortalece nas pequenas batalhas cotidianas, que embora limitadas profissionalmente, podem consolidar politicamente o agir profissional coletivo. A forma de resistência objetiva mais coerente com as intenções éticas assumidas “(1999:134)”.

Nesse sentido, compreendo que o processo é um processo coletivo onde todos têm que se organizar e lutar juntos. Pois tal fator envolve até mesmo uma mudança de cultura, concordamos com Gramsci no sentido de que:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais” significa também, e, sobretudo, difundir criticamente verdades descobertas “socializa-las” por assim dizer, e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elementos de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos de intelectuais. (Gramsci, 1999:95-6).

Todos estes fatores, que envolvem uma “nova cultura”, se processam também com, a descentralização do Estado, ou seja, transferência de poder decisório, não só econômico, mas autonomia para que cada município possa gerir seus programas e projetos. A participação cidadã (conselhos, sindicatos, movimentos sociais), a atuação em redes, acesso a informação compreensível, acesso á serviços de apoio, são estratégias que favorecem a propagação da atuação do Serviço Social, mas tais movimentos não devem ficar na dependência a iniciativa estatal.

O profissional de Serviço social que consegue compreender seu papel certamente desempenhará sua prática profissional de maneira ética. Despidendo-se de todo preconceito e entendendo que é na trama das contradições (sociais, morais, culturais,...) que nasce e perdura a profissão e que as possibilidades de enfrentamentos as expressões da questão social, podem surgir do fomento a organização da sociedade civil, espaço onde também somos parceiros (as).

³ Extraído do livro: Ética e Práxis Profissional – Conselho Federal de Serviço Social

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo não apresenta noções e/ou conceitos inéditos e tão pouco se trata de uma nova abordagem sobre família e sequer pontua novos paradigmas para o Serviço Social. Mas trata de um texto onde sinalizo a importância da história de vida no processo de aprendizagem, pois foi no traçar da caminhada que pude ampliar minhas visões de mundo, principalmente em relação à família.

Nesse sentido, foi preciso buscar o passado e coloca-lo em diálogo com o presente, para que eu pudesse contextualizar minha caminhada profissional e assim propor novos caminhos para o meu agir profissional. Para chegar até aqui, resgatei meu trabalho de conclusão de curso da graduação e o coloquei em diálogo com as minhas novas construções sobre família, visões reconfiguradas a partir desse curso de especialização.

No ano de 2009 me formei em Serviço Social e na época construí meu trabalho de conclusão de curso sobre as famílias e a geração de renda. Trabalho que me levou a compreender a importância do trabalho do assistente social nesse campo de atuação, pois atuei diretamente junto a várias famílias no “Projeto Canguru no Jardim Holandês – Piraquara”. E a partir dos novos conhecimentos que tive acesso no Curso de Especialização em questão Social pela perspectiva interdisciplinar, me deparei com questões em aberto busquei na interdisciplinaridade campos mais amplos para compreensão.

Resgato essa passagem da minha caminhada devido à importância que o trabalho anterior teve para a construção desse artigo, pois me pauto nas várias leituras e discussões realizadas neste ínterim, entre a o trabalho de conclusão de curso em 2009 e a produção deste artigo em 2012, para contextualizar e fomentar o debate sobre os modelos e arranjos familiares, pois entendo que essa é uma discussão que deve estar constantemente presente no cotidiano de atuação profissional do assistente social.

Tendo como pressuposto que o repensar constante é condição básica para que todo profissional possa se construir e reconstruir face os desafios frequentes de quem atua diretamente no intuito de garantir direitos. Para tal tenho realizado algumas reflexões que entendo como determinantes. Quais foram às mudanças em relação ao período em que construí o trabalho anterior? Enquanto assistente social, como seria o agir profissional frente aos diversos modelos e arranjos

familiares? Na realidade concreta qual é o modelo socialmente imposto? Qual a relação da família e a questão social?

Hoje, terminando uma especialização em Questão Social e, sobretudo numa perspectiva interdisciplinar, penso que a troca de conhecimentos durante o curso, a discussão a partir de idéias novas, saberes diferentes, questões discutidas por autores que não havia lido na graduação, contribuíram para me auxiliar e ampliar a discussão sobre o tema deste artigo.

Entendo que o assistente social ao atuar com famílias deve levar em consideração todas as mudanças pela qual esta parcela da sociedade vem passando ao longo dos tempos. Considerar também os territórios destas famílias, quem são elas, com quem vivem, respeitar seus direitos, seus “modos de vida”, em fim compreender que atuar com famílias significa desenvolver ações juntos com elas e não para elas.

Considerando também, as mudanças ocorridas na forma de trabalhar com famílias, contudo, mesmo com todas as ações e leis voltadas aos diversos arranjos familiares, o assistente social tem o desafio de imprimir nas próprias famílias com quem trabalha tal realidade. Pois, o “mito” da família ideal ainda hoje está impregnado na nossa sociedade, os sujeitos que vivem num modelo familiar diferente do que foi enraizado socialmente se sentem, inseguros e desqualificados, frente a uma sociedade que o vigia constantemente.

Não obstante, as discussões sobre este tema deve ser um constante na vida profissional, para que o profissional não fique estático, e, neste sentido reflito sobre o quanto o profissional precisa se atualizar, ler, reler, refletir, discutir suas idéias, bem como seus saberes, para que não fiquemos apenas com um discurso pronto, eloqüente, todavia sem ações consistentes.

Assim, construído com base na caminhada vivenciada nos processos de formação do curso de graduação e do curso de especialização, aliado a minha experiência atual de trabalho e na minha história de vida, esse artigo aponta a importância da formação continuada, enquanto meio para repensar as experiências e nesse sentido, para o repensar da atuação profissional.

REFERÊNCIAS

ACOSTA Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller: Família, Redes, Laços e Políticas Públicas, São Paulo. Cortez, 2000.

BARROCO, Maria Lucia Silva: Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos, São Paulo, Cortez, 2007.

BRASIL, Constituição Federal de 1969.

BRASIL, Constituição Federal de 1988.

BRITES Cristina Maria; SALES, Mione Apolinário. Ética e Práxis Profissional. 2 ed. Módulo II - Curso de Capacitação Ética para Agentes Multiplicadores. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Gestão 2002/2005.

BORDIEU, Pierre, 1930-2002: A economia das trocas simbólicas/ introdução, organização e seleção Sergio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 2007.

CFESS: Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, Brasília, 1993.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 – Republica Federativa do Brasil.

CHAUI, Marilena de Souza: O que é ideologia. Brasiliense, São Paulo, 1985.

CURSO DE CAPACITAÇÃO: “Abrigo e família: mitos e dilema”: Autor Adolfo Ignácio Calderon (1993 SP). “Famílias em situação de pobreza em megacidades”. Autora Rosamélia Ferreira Guimarães. (SP, 1998)

GRAMSCI, Antonio: Os Intelectuais e a organização da cultura. Rios de Janeiro. Civilização Brasileira, 1985.

HALL, STUART: A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IMAMOTO, Maria Vilela; CARVALHO, R. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez, 1983.

IMAMOTO, Maria Vilela; CARVALHO, O Serviço Social na Contemporaneidade. São Paulo, Cortez, 2004.

LEGISLAÇÃO SOCIAL: Cidadania, Políticas Públicas e Exercício Profissional: CRESS 11ª Região, Gestão 2005/2008.

LO Vuolo, R. Agenda Social: Lãs Famílias em América Latina: Diagnostico Y Políticas Públicas: Chile: Clascso, 2001. In. Silva, Cristiane de Jesus: Serviço Social e as Ações Sórias - Educativas com Famílias: Um Estudo Sobre as

publicações dos Assistentes Sociais, Dissertação de Pós Graduação – Florianópolis, 2005.

LUKACS, Georg: a ontologia do ser social: os princípios ontológicos de Marx. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MARX, karl; ENGEL, Frederich: A ideologia Alemã. São Paulo, Hucitec, 1987.

MONTALI, Lilia : Rearranjos familiares de inserção, precarização do trabalho e empobrecimento. Revista Brasileira de estudos populacionais. , São Paulo 2004.

Disponível http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/rev_inf/vol21_n2_2004/vol21_n2_2004_4artigo_p195a216.pdf. Acesso em 05/10/12.

NOB SUAS, Norma Operacional Básica: Construindo as Bases para Implementação do Sistema Único de Assistência Social, Brasil, 2005.

PASTORINI, Alejandra. A categoria “questão social em debate”. Questões da nossa época. São Paulo: Cortez, 2004.

PONTES, Reinaldo Nobre. Mediação e Serviço Social: Um estudo preliminar sobre a categoria teórica e sua apropriação pelo Serviço Social. 4ª Edição. Cortez, 2007.

SIQUEIRA, Mônica Maria Nunes da Trindade Famílias: Uma experiência de trabalho com grupo. Disponível em <http://www.uniatu.br/revistahumanas>. Acesso em 10/09/12.

SALES, Mione Apolinário ; MATOS, MAURÍLIO CASTRO DE & LEAL, MARIA CRISTINA (ORGS.) – Cortez 2005.

SZYMANSKI, Heloisa: A família como locus educacional: Perspectivas para um trabalho psicoeducacional. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, Jan/Abr. 2000.

SZYMANSKI, Heloisa: “Teorias e Teoria” de família. In. Carvalho, M.C.B. A família no Brasil. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1987.